

PERSPECTIVAS HISTORIOGRÁFICAS BRASILEIRAS E SUAS RUPTURAS COM “OS MALES DO PASSADO”*

Brazilian Historical Perspectives and the Rupture with “Past Malaise”

Elizabeth Cancelli**

*“I was once like you are now, and I know that it’s not easy,
To be calm when you’ve found something going on.
But take your time, think a lot,
Why, think of everything you’ve got.
For you will still be here tomorrow, but your dreams may not”***.*

RESUMO

Tratamos aqui de um exercício de recuperação das críticas historiográficas brasileiras que inauguram uma nova maneira de trabalhar a História do Brasil República. Iniciada na virada dos anos 1960 e 1970, esta nova postura historiográfica não só rompeu com as representações acadêmicas presas à valorização dos mitos de identidade nacional, da incompletude burguesa, de tipos ideais weberianos, do *ethos* das classes médias e de modelos de desenvolvimento econômico, como também inaugurou uma nova maneira de fazer a História. Os novos aportes teóricos adotados abriam o leque de reflexão sobre as representações políticas e seus enunciados e trouxeram à tona estudos apoiados em densa pesquisa empírica. Por meio delas, a análise do discurso e da ação.

Palavras-chave: historiografia brasileira; História do Brasil; História política.

ABSTRACT

This paper aims at recovering a particular trend of Brazilian historiographic criticism which inaugurated a new way of working with the history of the Brazilian republican period. One important dimension of this new historiographic perspective, which began at the

* Pesquisa financiada pelo CNPq.

** Professora Livre Docente do Departamento de História da USP.

*** Cat Stevens, *Father and son*.

turn of the 1960's-1970's, concerns the breakthrough it brought about in relation to certain academic representations that valued the myths of national identity, of bourgeois incompleteness, the Weberian ideal types, of middle classes ethos, as well as models of economic development. This trend also inaugurated a new manner of making history. The new theoretical approaches not only opened up a spectrum of thought on political representations and enunciations, as well as enhanced a considerable amount of studies grounded on dense empirical research which enabled the analysis of discourse and action.

Key-words: Brazilian Historiography; Brazilian History; Political History.

A publicação do livro conjunto de Marilena Chauí e de Maria Sylvia de Carvalho Franco, *Ideologia e mobilização popular*, que foi editado pela Paz e Terra em 1978¹, externou uma trajetória teórica que vinha sendo construída há algum tempo por vários acadêmicos da USP, alunos e professores².

O texto externava a presença de novos aportes teóricos³ e a maneira crítica como uma gama expressiva de pensadores vinha se posicionando, intelectual e politicamente, em várias universidades brasileiras. Tratava-se de um rompimento, especialmente com as representações acadêmicas presas à valorização dos mitos de identidade nacional (fossem quais fossem), de uma pseudo incompletude burguesa, da procura dos tipos ideais weberianos, do *ethos* das classes médias e da burguesia, da aposta em modelos de desenvolvimento econômico como explicação do mundo dos homens e da busca desenfreada e incessante de um *standard* para o homem brasileiro. Ou seja, era um rompimento com as representações que buscavam nos “males do passado” as justificativas intelectuais e políticas para projetos de Brasil⁴.

1 CHAUI, Marilena; FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Ideologia e mobilização popular*. São Paulo: CEDEC/Paz e Terra, 1978.

2 Com especial atenção aos trabalhos de Maria Sylvia de Carvalho Franco (tese de doutorado defendida em 1969), Izabel Marson (1985), Maria Stella Martins Bresciani (1976), Carlos Vezentini e Edgar De Decca (1976).

3 Em destaque o estudo da então nova historiografia inglesa de esquerda, de Michael Foucault, Hannah Arendt, Gramsci, Althusser, Guattari, Castoriadis, Leffort, Freud.

4 Nesta gama, a crítica ia dos pensadores do ISEB e da CEPAL, passando por Florestan Fernandes, Celso Furtado, Sérgio Buarque de Holanda, Boris Fausto, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Novaes até os chamados modernistas, como Paulo Prado.

Os novos aportes teóricos adotados abriam o leque de reflexão sobre as representações políticas e traziam à cena historiográfica estudos apoiados em densa pesquisa empírica. Por meio dela, a análise do discurso e da ação.

No texto de apresentação de *Ideologia e mobilização popular*⁵, feito por Marilena Chauí, ela chama atenção de forma bastante incisiva para o fato de que encontrara na bibliografia relativa ao período da Primeira República uma impressionante similaridade de *approaches* ao observar que, em sua quase totalidade, os estudos se distanciavam da análise dos sujeitos (e, portanto, do discurso e da ação dos homens), para se aterem na análise dos predicados, isto é, daquilo que resulta da ação dos sujeitos, como o Estado, por exemplo, e que, por isso, não pode ser o sujeito da ação, numa inversão inaceitável do eixo reflexivo.

Independentemente dos vários matizes que se revelam através dos textos que estudou, Chauí concluiu que, em função desta inversão, existem eixos permanentes nestas análises e que nelas a história produzida sobre o país seria resultado da seguinte combinação:

- (1) “conflituosa das querelas da luta de classe dominante, incapaz de hegemonia;
- (2) do despreparo e imaturidade da classe operária, sempre manipulada;
- (3) do radicalismo inoperante das classes médias⁶, sempre reboçadas; e
- (4) do peso do capitalismo internacional avançado sobre o passado periférico”⁷.

Devido a este encaminhamento, a historiografia teria construído uma história não do que foi, mas do que “teve de ser”.

5 CHAUÍ, M. *Op. cit.*, p. 11 *et seq.* Para entender o pensamento do integralismo verde e amarelo dos anos 1930, Chauí fez uma análise historiográfica dos trabalhos que vinham ao longo do tempo tentando interpretar os anos 1920 e 1930.

6 Em que pese a total falta de precisão e de propriedade deste quase conceito.

7 CHAUÍ, Marilena. Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira. In: CHAUÍ, Marilena; FRANCO, Maria Sylvia de C. *Op. cit.*, p. 22.

Esta, digamos assim, anomalia historiográfica – a do teve que se – teria se constituído, conforme chama a atenção Chauí, a partir do emprego de um arcabouço conceitual que parte do que falta (o que não é), não do que engendra (do que é); daquilo de que está sendo privado (do que não tem). Condicionantes que, a nosso ver, do ponto de vista da pesquisa, apontam para a procura da comprovação do que deve vir a ser, até porque, como bem assinalado pelo texto de Chauí, esta historiografia abandona a noção chave que é da **diferença** (do diverso, do distinto, antônimo de simetria), como princípio base para a individuação, e consagra a noção de desigual, que se utiliza do número (estatística), do espaço (lugar) e do tempo (antes e depois), estabelecendo a individuação de maneira extrínseca, e, acrescentamos nós, buscando – pelo estabelecimento da desigualdade – a simetria.

É desta forma, ou seja, a partir do que falta (do que não tem, em relação a algo ou a alguém que tem), e não do que engendra; da ausência do sujeito da política (que deveria ser o homem e não a coisa); e da busca da simetria em relação a alguma coisa que se estabelece como padrão⁸, que se torna possível a construção das categorias de tardio, retardado, atrasado (porque não cheguei ainda lá); de despreparado e imaturo (porque não sou o outro) e de ideias fora do lugar (porque se despreparado e não padrão, como ter os lugares preenchidos?)⁹.

Todas estas postulações subentendem não só o estabelecimento de um parâmetro de modernidade, como também de um encadeamento histórico evolutivo, de linha de tempo em direção a alguma coisa, além da exclusão da noção de política como ação e discurso e do estabelecimento, *a priori*, do que é pertinente e do que não é pertinente, especialmente da necessidade de um Estado forte, aquele capaz de ser o agente da mudança, e tido como uma espécie de ente superior, descolado e independente do mundo dos homens.

Para ilustrarmos um pouco esta problemática da produção historiográfica, tratamos de buscar um texto que (re)inaugurou uma longa trajetória de interpretações sobre a história do Brasil, indo além do período

8 O tipo ideal.

9 Nessa perspectiva, do que não está no seu lugar, os trabalhos de Roberto Schwartzman, *Ao vencedor as batatas*, e o de José Murilo de Carvalho, *Os bestializados da República*, apresentam uma espécie de complementaridade.

indicado, o da assim chamada Primeira República, e que exprime e bem representa um eixo de construção que transformou a história do Brasil independente, e mais especificamente da república brasileira, numa quase monolítica imagem de história imutável: velha, atrasada.

Em 1948, logo após o término da segunda Grande Guerra, Victor Nunes Leal publicou no Brasil um dos livros que mais marcaria a interpretação histórica e historiográfica: *Coronelismo, enxada e voto*.

Importante pela construção das ideias que vincula, a obra de Nunes Leal (re)inaugura esta interpretação historiográfica com uma bem articulada argumentação de predicados que apresenta uma circularidade de efeitos: presença de coronéis antiquados (proprietários), estrutura agrária inoperante, miséria da população, má administração pública, sistema de voto manipulado e organização do Estado oligarquizada.

Tal articulação de predicados (coisas que engendram coisas) parte de um pressuposto fundante: a necessidade de modernização do país¹⁰. Leal escolhe este caminho, porque enxerga a existência de um sistema de poder constituído pela existência de uma decadente estrutura agrária, cujo resultado seria o coronelismo, este elemento rural paupérrimo e dependente, e a rarefação e dependência do poder público centralizado, advindo do Império. Ou seja, a ideia central (re)lançada pelo autor¹¹ – **tendo em vista seu apelo à modernização** – é a de que o coronelismo seria o resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Ou melhor, tendo em vista o fortalecimento do poder público – sua centralização – com o advento da República, seria praticamente inerente à necessidade dos proprietários rurais decadentes estabelecerem fortes laços de compromisso com o poder público centralizado. Assim sendo, uma estrutura agrária inadequada forneceria os subsídios necessários para a manifestação do poder privado, num círculo vicioso de manutenção econômica e político/administrativa, capaz de ser quebrado apenas se ultrapassado este **ATRASO**.

10 Sobre as implicações políticas e acadêmicas da apologia do desenvolvimentismo, vide o interessante texto de Irene L. Gendzier: *Play it Again Sam: The Practice and Apology of Development*. In: SIMPSON, Christopher. *University and Empire: Money and Politics in The Social Sciences During the Cold War*. New York: The New Press, 1998.

11 Falamos em (re)lançamento e (re)inauguração, pois, no embate político, as adjetivações de coronelístico e oligárquico eram usadas no embate político do Império e da República como desqualificação do adversário.

De suas interpretações nasceram uma série de estudos que se prenderam a esta conceituação – ou, se quisermos, adjetivação – de coronelismo, de suas oligarquias e de seu mandonismo, cuja nuance mais radical parece ter sido a criação de adjetivação de uma ou mais classes médias que, em última instância, estariam apontando em direção à supressão do atraso, porque integradas ao mundo urbano.

Esta linha de análise historiográfica encontrou no interior de sua lógica uma dificuldade acadêmica bastante pronunciada quando os trabalhos que nasceram em função das discussões que estavam sendo travadas nos anos 1970 – de uma forma bastante incisiva na USP e na Unicamp – e quando as pesquisas históricas, com farta busca de documentação, começaram a ganhar visibilidade em todo o país. Como se podia doravante explicar, a partir da lógica circular dos coronéis e das oligarquias, a complexidade do país?

A pesquisa mostrava a presença de um movimento operário forte e múltiplo que não se reduzia a São Paulo e ao Rio de Janeiro; uma industrialização que não estava circunscrita à “artificialidade”, ao “atraso” tecnológico ou a plantas industriais com baixa concentração de capital fixo; formas de trabalho não assalariado que se compatibilizavam com o capital ou mesmo com a industrialização. Mais ainda, como continuar adjetivando a esfera política como oligarca, uma construção que pressupõe um regime político circunscrito a um pequeno grupo de pessoas, pertencentes a uma mesma classe ou a famílias, quando a pesquisa indicava que o acirramento político na chamada Primeira República não só fez com que surgisse um número imenso de revoltas – urbanas e rurais – como mostrou que a diversidade de tendências políticas percorria todas as matizes ideológicas da época da virada do século XIX para o XX?

A corrente interpretativa que assumia o termo “velho” da Primeira República – mesmo sabendo que foram os golpistas de 1930 a nomear os primeiros 40 anos da República brasileira como “velha”, já que tinham como projeto político o antagônismo ao que rotulavam como liberalismo decadente e daí se autoproclamarem “revolucionários” – acabou deparando-se com pesquisas e novos *approaches* teóricos que evidenciavam a impossibilidade de problematizar o período esquecendo a análise dos sujeitos (e, portanto, do discurso e da ação dos homens). A análise dos predicados, presa à procura de um futuro pré-determinado, e ainda vinculada a modelos das ciências naturais, estava sendo colocada em xeque. É neste momento que as divergências historiográficas apareceram de forma contundente.

Para os que se concentraram no diagnóstico de atraso, dos coronéis e oligarquias, Vargas, por exemplo, aparece como “o” agente da história. Seus 25 anos de governo representaram a tão esperada modernização: a intensificação da industrialização, da educação, da integração nacional, de Volta Redonda; e, é claro, da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT)¹². Num estilo de governar maquiavélico, mas em nome da população, Vargas é lembrado como uma espécie de democrata à la brasileira, um “populista”¹³, como o agente da modernização, o que resolverá o cerne do problema brasileiro – seu atraso, razão, em última instância, da miséria, do autoritarismo e da debilidade da raça e dos costumes¹⁴. Ou seja, um espectro de análise baseado nos pressupostos dos predicados e calcado em uma espécie de interpretação assentada na psicologia dos interesses, presente fundamentalmente nas biografias e na documentação diplomática, que de forma geral informam estes estudos como material de pesquisa.

Os novos aportes teóricos que se afastaram quer da aplicação do modelo weberiano quer do marxismo mais ortodoxo, especialmente da mescla teórica que vinha sendo feita com estes dois autores para se refletir sobre a história brasileira, rompe com a tradição da procura de “modelos de análise” e com a tradição da “aplicação explicativa de teóricos”, uma vez que o pressuposto das investigações passou a ser a diversidade e não a desigualdade, o suporte teórico reflexivo não pôde e não se constituiu a partir do atraso, mas se construiu na medida em que se deixou surpreender pela documentação e pelo discurso¹⁵.

É neste particular que uma gama substancial de trabalhos sobre a chamada Era Vargas, por exemplo, seguindo o que já vinha sendo feito relativamente aos estudos sobre a primeira república brasileira e o movimento republicano, desprenderam-se do modelo da procura de modernização e da psicologia de interesses e voltaram-se para a investigação

12 Sobre a economia política e o desenvolvimentismo, em uma perspectiva teórico-política, especialmente entre economistas nos Estados Unidos, vide: MORAES, Reginaldo C.C. de. *Nota sobre a economia do desenvolvimentismo nos “vinte e cinco gloriosos” do pós-guerra*. Disponível em: <www3.usal.es>, Acesso em: 29/08/2005

13 Dai o sucesso do adjetivo populista, disfarçado de categoria analítica.

14 Numa volta à interpretação de Paulo Prado, em seu *Retrato do Brasil*. Cf.: PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. CALIL, Carlos Augusto (Org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

15 Como chama a atenção Michael Foucault ao longo de sua obra.

sobre as representações da modernização, do demiurgo, do pai dos pobres, dos saberes, das famílias, da política de massas, etc., etc. Ou melhor, questionaram o tipo de fontes que vinha sendo utilizado, o estreito aporte teórico e os pressupostos de pesquisa: o “seu populismo”.

A existência desta nova produção historiográfica, que de início debruçou-se sobre a negação da possibilidade de qualquer *aplicabilidade* de teorias e conceitos, fez com que seu simples surgimento colocasse em xeque os modelos assentados em paradigmas¹⁶, no velho e no novo, no moderno e no atrasado. Este questionamento sobre a possibilidade de haver modelos estruturais (paradigmas) para pensar a história fez com que se perguntasse se:

- a) em primeiro lugar, o discurso e a ação política poderiam ser pensados como sistema (coronéis, oligarquias, mandonismo);
- b) em segundo, um discurso produzido sobre a modernização – e tudo que dele implicava no caso do discurso de Vargas – poderia ser tomado como sinônimo de verdade histórica;
- c) em terceiro lugar, não chegara a hora da História deixar-se novamente seduzir pela narratologia; e
- d) em quarto lugar, o *Desenvolvimentismo* e sua “modernidade”, que, tomado como prioridade no pós-Segunda Guerra Mundial, seria um parâmetro legítimo de análise.

Quanto a este último ponto, o questionamento, além de metodológico, era também agressivamente político, pois tratava de “desnaturalizar” o desenvolvimentismo tão em voga na segunda metade do século XX. Uma desnaturalização urgente e necessária, na medida mesma em que o programa de desenvolvimentismo para o mundo fora definido pelo Departamento de Estado Norte-Americano, através do U.S. National Security Council (NSC) 129, de 1.º de abril de 1952, sugerindo o uso de programas psicológicos, políticos, econômicos e militares, bem como de cooperação técnica para as mudanças nos níveis de desenvolvimento social, com especial atenção às “ATRASADAS” elites políticas, na Ásia, África, Oceania e América

16 Modelos estruturais, padrão.

Latina. Este desenvolvimentismo era buscado como uma espécie de motor da história, de modernização redentora para os países aliados à causa norte-americana na Guerra Fria.

Esta ruptura teórica, pode-se dizer, pretendeu abandonar, definitivamente, a teleologia, o cunho nacionalista¹⁷ e o político partidário; abrindo-se à diversidade, à reflexão e à universalização, colocando-se em relação à condição humana, ao *anthropos*, à relação que os homens mantêm uns com os outros. Fugindo, enfim, dos grandes determinismos estruturais e sistêmicos e da ressurreição integral do passado, da história evolutiva, “prolongamento da linha de desenvolvimento do passado reconstituído”¹⁸, voltando à história complexa, numa resistência à apologia ao desenvolvimento, retomada, e em evidência novamente, a partir dos anos 1990 e tão presente na autojustificativa político-partidária.

17 Vide a este respeito BRESCIANI, Stella. Identidades inconclusas no Brasil do séc. XX: fundamentos de um lugar-comum. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. *Memória e (re)sentimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2001; e CANCELLI, Elizabeth. América del deseo: pesadilla, exotismo y sueño. *Estudios sociológicos de El Colegio de México*. V. XXI, n. 61, enero-abril, 2003.

18 BURGUIÈRE, André. Da história evolucionista à história complexa. In: MORIN, Edgar. *A religação dos saberes: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 365.